



Quem tem medo dos genéricos: os médicos, as indústrias ou os pacientes?

111

Opinião Especial

SERGIO HENRIQUE FERREIRA

Médico, Cientista, Professor do Departamento de Farmacologia da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia da Presidência da República, ex-Diretor do Instituto Nacional de Controle em Saúde, ex-Presidente da Comissão Nacional de Medicamentos, ex-Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Um medicamento não é um produto qualquer, um produto que o consumidor decide se quer ou não. O paciente é um comprador forçado. Sua cura está nas mãos dos médicos e os remédios são os instrumentos. Quando o médico decide, o paciente não tem direito de escolha, nem poderia ter, pois sua ignorância técnica, em geral, não lhe permite tomar qualquer decisão lógica. Como ele vai escolher entre cinco genéricos de um princípio químico ativo idêntico, mas de preços diferentes e, o pior, produzidos por laboratórios de famas diversas? Os pacientes-fregueses foram educados a comprar, sempre, ou o produto mais caro ou aquele produzido pelo laboratório de maior notoriedade. Parece óbvio que um produto mais caro deva ser melhor e, certamente, um com marca multinacional tenha que ser melhor que aquele produzido por uma "Fundação de Remédios Popular", mesmo que gerida pelo exército brasileiro. O pobre não tem direito de escolha, recebe o que lhe dão. A ele pouco importa se é medicamento genérico ou não. O que quer é dispor do remédio que o médico lhe indicou. A "Saúde Pública" é que tem que garantir o controle de qualidade daquilo que ela compra e utiliza em seu sistema de tratamento médico. Se o paciente "de posses" tivesse absoluta certeza de que o remédio genérico, mais barato, seria tão eficiente quanto o mais caro, ele certamente não seria idiota de gastar o seu rico dinheirinho comprando o mais caro. Para isso, precisaria estar convicto de que os medicamentos genéricos têm qualidade perfeitamente controlada. A "Saúde Pública Brasileira", como em todos os países do mundo, é a responsável por esse controle. Infelizmente, nela ninguém acredita, mas é nossa obrigação lutar por ela. Existe uma palhaçada pseudocientífica (patrocinada pelos laboratórios nacionais e multinacionais e por parte da nossa "intelligentzia" que faz pesquisa clínica) que colocou a validade da política de medicamentos genéricos amarrada

ao estudo de biodisponibilidade para garantir a intercambiabilidade de medicamentos idênticos. Explicando melhor, todo remédio genérico, quando ingerido, tem que ter a mesma absorção intestinal, pico temporal de concentração no sangue, etc. Mas ocorre uma coisa extremamente simples. As vias químicas de produção de um medicamento podem interferir significativamente na sua biodisponibilidade. E daí? Se um laboratório fizer um estudo com um produto comprado de uma certa indústria, internacional ou nacional, nunca mais poderá mudar de fornecedor, e a indústria nunca mais mudar o processo de síntese, mesmo que a tecnologia progrida e possa oferecer a matéria-prima pela metade do preço! Porém, o que define o mercado é a lei do lucro máximo instantâneo. Portanto, sem exceção, as indústrias vão, inexoravelmente, mudar a matéria-prima de seus medicamentos ao sabor dos preços do mercado internacional. Assim, os estudos de biodisponibilidade, embora extremamente importantes para uma correta utilização dos medicamentos, tornam questionáveis do ponto de vista de saúde pública seus riscos e benefícios. Qualquer profissional da área sabe que a qualidade dos medicamentos pode perfeitamente ser garantida pela inspeção permanente das linhas de produção nas fábricas, pelo controle dos lotes do produto liberado para consumo e pelos exames farmacotécnicos dos medicamentos que se encontram nas prateleiras das farmácias. Quando o ministro Jatene foi destituído, existia uma lista de mais de 200 indústrias que deveriam ser imediatamente fechadas.

Foram?

Mas uma política correta de utilização de genéricos não se concretiza oferecendo simplesmente remédios intercambiáveis pela sua excelência de controle de qualidade. O mercado de medicamentos no Brasil é um grande cartel de distribuidoras de produtos farmacêuticos. Cada

farmácia oferece ao comprador apenas o conjunto de drogas que sua distribuidora vende. Portanto, certamente, a oferta de genéricos será limitada pelos interesses comerciais de cada farmácia.

No México, há farmácias de genéricos, mas estas dispõem apenas dos genéricos das marcas distribuídas por aquela rede de farmácias. Assim, controlam os preços e o mercado. Portanto, uma política correta exige que as farmácias ofereçam a todos os genéricos. Uma forma de concretizar essa política é fazer com que o farmacêutico responsável pelo estabelecimento seja também responsabilizado pelo estoque desses produtos. Será que os farmacêuticos vão gostar disso? E as farmácias que vivem de “empurroterapia”?

Todos sabemos que a maior corrupção que medra na “Saúde Pública Brasileira” está frequentemente associada à licitação para compra de medicamentos pelo Estado. A existência de genéricos, com preços máximos definidos pelo Ministério de Saúde, permitiria que o paciente escolhesse a marca de seu medicamento e o SUS, ou os sistemas privados de saúde, se encarregariam do reembolso, como ocorre em vários países do mundo. Tecnicamente, o processo é extremamente simples. Basta uma discussão com profissionais da área e olhar o que ocorre em outros países. Com a receita de um médico qualificado, o paciente compra o medicamento e a companhia

de seguro de saúde o reembolsa. Quando for um paciente do sistema estatal, o paciente entrega a receita e a farmácia cobra do governo por uma conta especial. Será que os políticos que fazem tráfico de influências distribuindo remédios gratuitos ou os laboratórios que falsificam os produtos na hora de entrega para o SUS vão gostar? É claro que um sistema de reembolso implica a regulamentação dos preços dos genéricos, o que não fará a felicidade de muitas indústrias.

Mas eu tenho a impressão de que quem não vai gostar disso são os médicos que vivem a vender as novidades médicas, gozando dos prazeres de viagens e congressos patrocinados pelo “marketing” das indústrias. Eles terão, muitas vezes, que explicar para o paciente pobre o porquê da escolha, já que o tratamento com os genéricos é tão eficaz e mais barato que as novidades terapêuticas. Mas sobrarão sempre os pacientes ricos que, certamente, não vão ao médico para que este lhe receite um medicamento genérico. Precisa ser clínico de alta categoria para receitar aspirina e fisioterapia e o paciente sair contente... Mas afirmo que uma política de genéricos nunca irá funcionar se não houver um sistema de vigilância de alta qualidade e independente de injunções políticas. Tenho medo do que estou ouvindo falar: “Então nunca vai funcionar no Brasil”.